

Base quer 4 anos, diz Ulysses; PMDB vai acelerar voto da Carta

Das Reportagem Local

O que "unifica" o PMDB hoje é o desejo de acelerar ao máximo o processo de promulgação da nova Constituição, afirmaram ontem o deputado Ulysses Guimarães, 71, e o governador Orestes Quércia, 49, em entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes, depois de uma reunião entre os dois, iniciada às 18h05 e concluída 70 minutos depois. Com o objetivo de acelerar a votação da nova Carta, Quércia iniciará hoje um processo de "consultas" junto aos outros governadores do PMDB e lideranças do partido no Congresso. Ulysses disse também que as bases do PMDB estão pressionando para que o partido proponha eleições presidenciais em 1988, relativizando assim uma outra afirmação sobre o assunto, feita ao desembarcar (às 11h35) de Nova York no Aeroporto de Cumbica, nordeste da Capital. Ulysses havia dito que a tese dos quatro anos para o presidente Sarney, defendida pelos "históricos", "vem ganhando um grande impulso, inclusive na rua, e política tem que caminhar com a rua, com a sociedade".

Tanto Ulysses quanto Quércia deixaram claro que não pertencem a qualquer articulação dentro do PMDB, e procuraram minimizar o papel dos "históricos" —classificado pelo deputado como um grupo que, como todos os demais, foi formado "ao sabor das circunstâncias", como resultado do processo de elaboração da nova Carta. Ulysses chegou a afirmar que não sabe quais são os objetivos "deste agrupamento". Até o final da tarde de ontem nenhum dos representantes dos "históricos" havia entrado em contato com ele. Apesar de acumular os cargos de presidente do PMDB, da Câmara e do Congresso constituinte, Ulysses não foi recebido por qualquer político ao desembarcar em Cumbica. Ape-



Ulysses Guimarães e Orestes Quércia dão entrevista no Palácio dos Bandeirantes

nas Romeu Tuma, diretor da Polícia Federal, o esperava.

Confronto

Ainda em Cumbica, Ulysses negou haver confronto entre os "históricos" e os peemedebistas do Centrão. As "divergências" existentes serão a seu ver superadas, conforme forem avançando as deliberações constituintes. Com a nova Constituição, prosseguiu, as arestas seriam aplainadas dentro de uma convenção partidária extraordinária, que no entanto afirmou não poder ser convocada imediatamente, conforme alguns dos "históricos" planejam. Também em oposição a lideranças daquele grupo, disse considerar impossível a indicação imediata do candidato peemedebista à presidência da República, diante da indefinição sobre a data da sucessão e da forma de governo dentro da qual o sucessor de Sarney exercerá seu mandato.

O deputado negou, também, que haja um processo de crise dentro do

PMDB. "Sempre há as corujas agourentas", afirmou. Mas admitiu que o alto índice de abstenções e votos nulos na eleição à Prefeitura de Vila Velha, na Grande Vitória (capital do Espírito Santo), realizada há duas semanas e que deu a vitória a uma coligação do PT e PSB, foi "uma advertência, um aviso aos navegantes ao qual o PMDB tem que estar atento".

Por fim, Ulysses disse ter-se avisado, em Nova York, com um dos vice-presidentes do Morgan Guarantee Trust (um dos maiores bancos credores do Brasil), que lhe submeteu a fórmula, já negociada pelo México, pela qual os títulos da dívida seriam resgatados não mais pelo valor nominal, mas pelo valor com que realmente são cotados no mercado financeiro. "O US\$ 1 trilhão da dívida externa do Terceiro Mundo seria com isso reduzido em 20% ou 25%", segundo a proposta que disse pretender discutir com "os economistas do PMDB" e, se necessário, também com o presidente Sarney.

Brizola critica 'recuos' do deputado

Da Sucursal do Rio

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, disse ontem, por telefone, de Montevidéu (capital do Uruguai), não confiar "nem mais um milímetro" no presidente do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. Brizola fez esta declaração ao ser informado de que Ulysses, ao desembarcar ontem de Nova York (costa leste dos Estados Unidos), afirmara reconhecer que a tese de redução para quatro anos do mandato do presidente José Sarney estava "ganhando grande impulso".

Brizola disse que "tudo o que o dr. Ulysses disse terá significação relativa. Ele disse uma coisa no desem-

barque, poderá dizer outra amanhã". O ex-governador do Rio afirmou não confiar mais em Ulysses porque este "virou as costas ao povo brasileiro ao, depois de capitanear os comícios pelas diretas, entregar-se às conveniências de um governo que, há quase três anos, está sem o voto do povo".

Leonel Brizola evitou fazer maiores comentários sobre a declaração do ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, de que Ulysses Guimarães seria "ruim de voto". "Isto é um problema interno do PMDB. O governador Montoro com isto está se colocando como candidato à Presidência", disse.

O presidente do PDT ironizou as

declarações de Montoro que, em entrevista à Folha, afirmou que o "programa do Brizola, sua ação administrativa, é desmoralizante". Montoro disse também que Brizola "fez mais propaganda sobre educação pública do que propriamente construiu escolas". Inicialmente, Brizola disse duvidar que Montoro, "um homem educado", tivesse feito estes comentários. Depois, porém, afirmou tomar suas declarações como elogio. "Ele reconhece que, ao menos, fez propaganda da escola pública. De uma escola pública laica, gratuita, democrática, obrigatória e, sobretudo, com natureza social, porque, além de ensinar, ela tem de alimentar as crianças e lhes fornecer assistência médica e odontológica".

Proposta do Centrão pode restabelecer censura política

JOÃO DOMINGOS

Da Sucursal de Brasília

A cúpula do Centrão apresenta hoje, no seu trabalho para alterar o projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, proposta que amplia a censura, estendendo a possibilidade de veto a criações artísticas ou intelectuais que firam os "valores cívicos". Como não há definição do que sejam "valores cívicos" na proposta do Centrão, a emenda torna possível o restabelecimento da censura política. Por exemplo: um censor poderá considerar que uma crítica ao presidente da República, um quadro que se utilize da bandeira nacional ou um filme cujo tema seja o Poder Legislativo, ferem os "valores cívicos" e proibi-los, respaldado na Constituição.

No projeto de Constituição da Sistematização já é prevista censura, no rádio ou na televisão, a temas ou imagens que atentem contra a moral, os bons costumes e incitem à violência, conforme consta do artigo 256. Mas este artigo foi aprovado na Comissão de Sistematização sem discussão, por decurso de prazo. A questão da censura recebeu um tratamento liberalizante na Comissão: no capítulo que trata da competência da União, os constituintes estabeleceram que a censura deverá ser apenas classificatória, "para efeito indicativo de diversões públicas e de programas de telecomunicações".

Nas propostas do Centrão, que visam modificar cerca de 15% do atual projeto de Constituição, fica proibido o voto facultativo aos 16 anos. O voto aos 18 continua obrigatório e cria-se a possibilidade de que a pessoa com 17 anos tire o título de eleitor, desde que complete 18 até a data das eleições.

O Centrão procurou atender proposta do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, para a área sindical. Incluiu em suas emendas o pluralismo sindical, embora estabelecendo que apenas um sindicato será reconhecido nas questões trabalhistas.

As emendas do Centrão começam a ser entregues aos integrantes do grupo hoje. Durante todo o dia de anteontem e parte do dia de ontem os deputados Bonifácio Andradá (PDS-MG), Paes Landim (PFL-PI), José Lins (PFL-CE) e Max Rosenmann (PMDB-PR) fizeram a revisão do texto final das propostas de emendas.

Antes de começar a votar suas emendas, o Centrão terá de garantir a aprovação das modificações no regimento interno do Congresso constituinte, para criar os mecanismos para sua apresentação. O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), convocou sessão para hoje às 16h com objetivo de votar as propostas de mudanças, mas não haverá quórum, por falta de passagens aéreas dos Estados para Brasília. O regimento só deverá ser votado amanhã ou quarta-feira.

Congresso reabre com aumento da segurança interna

Da Sucursal de Brasília

O Congresso constituinte volta a se reunir hoje com modificações em seu sistema interno de segurança. O efetivo da segurança dobrou de cem para 200 e o acesso às galerias sofreu uma redução de 14 para seis entradas. A partir de agora as senhas de entrada às galerias não serão mais entregues aos partidos, mas aos próprios parlamentares, em forma de rodízio, já que são 559 constituintes para um máximo de 438 pessoas nas galerias.

O deputado Jorge Arbage (PDS-PA), corregedor do Congresso constituinte, disse ontem que manifestações tanto nas galerias como no plenário "não serão mais toleradas". Arbage disse que "pode se descartar" a possibilidade de pessoas entrarem armadas no Congresso, uma vez que, logo na entrada, existe "uma porta detetora de metal que acusaria, imediatamente, qualquer pessoa que estivesse carregando um objeto de metal". Arbage afirmou que tem de ser dado "um voto de confiança aos parlamentares" e que por isso "eles não serão revistados".

Cristina Tavares vai ficar no partido, afirma Sabóia

Do enviado especial a São Luís

Depois de anunciar, sob aplausos, sua decisão de ingressar no PSB, no encontro nacional do partido em Brasília, há cerca de dois meses, a deputada federal Cristina Tavares não pretende mais a inclusão no PMDB por aquela legenda. A informação é do deputado Haroldo Sabóia (MA), que, como Cristina, é um dos coordenadores do MUP —Movimento de Unidade Progressista—, grupo de peemedebistas de esquerda no Congresso constituinte.

Sabóia, que volta hoje a Brasília depois de passar o final de ano na capital maranhense, falou por telefone com a deputada, que faz um tratamento de saúde nos EUA. Segundo ele, nenhum outro mupista deve sair do PMDB, além dos deputados Ademar Andrade (PA)

—que ingressou no PSB— e Nelson Aguiar (ES) —que se transferiu para o PDT. Além de Cristina Tavares, havia sido anunciada a ida de oito integrantes do MUP para o PSB.

Para Haroldo Sabóia, essa mudança de atitude pode ser considerada um subproduto do movimento dos "históricos" do PMDB, além da expectativa da criação de uma nova legenda liderada, entre outros, pelo senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB (seria o PSDB —Partido Socialista Democrático Brasileiro).

Outros motivos, no entanto, podem estar no próprio PSB. Segundo a Folha apurou, houve dificuldades na negociação de cargos —na expectativa pessebista—, que seriam entregues aos egressos do MUP, inviabilizando a transferência.